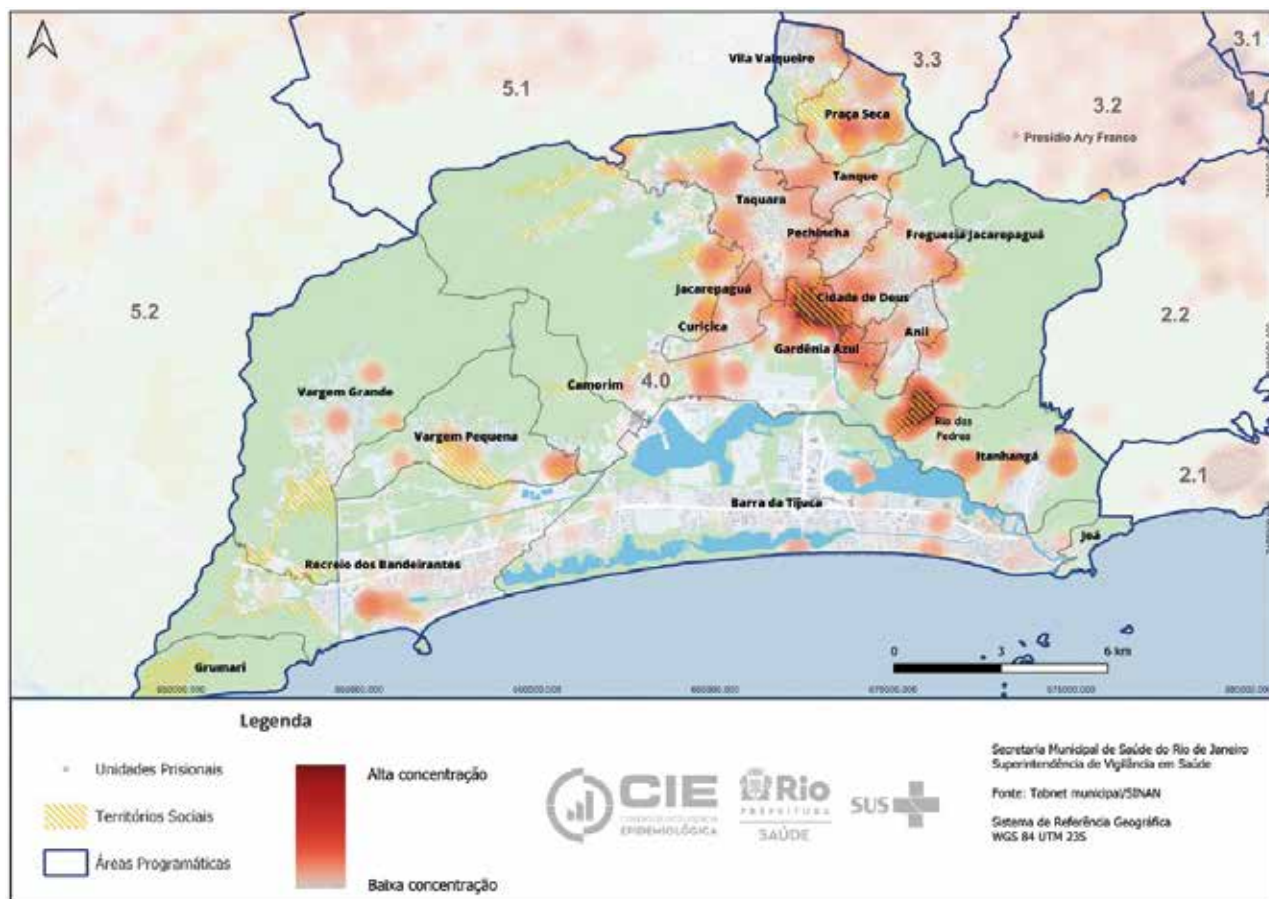


Tuberculose em alta na Baixada de Jacarepaguá

Comunidades de alta densidade populacional e vulnerabilidade social apresentam concentração elevada da tuberculose, com destaque para Cidade de Deus e Rio das Pedras. **Página 5**



A luta continua contra obra que aterrou parte da Lagoa de Jacarepaguá

Um prédio residencial seria erguido pela construtora e incorporadora Gafisa às margens da Lagoa de Jacarepaguá. A obra foi embargada pela Justiça em 2023. O aterramento para erguer o empreendimento imobiliário, que chegou a ser iniciado, invadiu a Faixa Marginal de Proteção (FMP). Finalmente, autoridades se posicionam contra a obra. **Página 3**



Brasil de fato

A luta pela redução da jornada de trabalho 6 x 1

Histórias que inspiram o empreendedorismo

Páginas 2 e 6

Dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra

D. Ivone Lara atuou na humanização do atendimento psiquiátrico na Colônia Juliano Moreira

A beleza e arte na dança de Genilson Leite

Páginas 7 e 8

EDITORIAL

A Legalidade sob Fogo Cruzado

Este artigo não é escrito por um pós-doutor em Segurança Pública nem por uma autoridade do governo ou por um morador de favela. Ele é redigido por quem assistiu à megaoperação policial no Complexo da Penha e do Alemão pela televisão. Com a informação de que o Comando Vermelho usava o morro da Misericórdia como refúgio, policiais civis e militares planejaram uma emboscada: a tática foi empurrar os traficantes para a mata, onde, sob a cobertura das árvores, teriam sido executadas sentenças de morte. Doze horas depois, o resultado foi 121 mortos, incluindo 4 policiais, 115 suspeitos e 2 indivíduos sem ficha criminal. E o título da operação mais letal do Brasil.

Nas semanas seguintes, uma avalanche de explicações, perguntas, desabafos, comentários, *fake news* e pesquisas de opinião dominou os noticiários e as redes sociais, todos tentando criar narrativas que dessem conta do que aconteceu. O fato é que nada disso melhorou a sensação de segurança da população. O Rio de Janeiro, que tanto se esforça para ser visto como uma cidade caoticamente divertida, mostra-se, na verdade, uma cidade caoticamente hostil. A megaoperação foi um sucesso apenas para o aumento da popularidade do, até então, apagado governador Cláudio Castro.

O leitor nos acusará de sermos “defensores de criminosos”. Contudo, essa percepção está equivocada. O que defendemos é o princípio da legalidade. Ou seja, todo réu, culpado ou não, tem o direito de ser julgado. Para provar essa tese, citamos o caso de Suzane von Richthofen, a jovem que, aos 18 anos, planejou o assassinato dos próprios pais — um crime condenável até mesmo para quem já está na prisão. Ela foi condenada a 39 anos, cumpriu 20 e progrediu para o regime semiaberto. Hoje, estuda Direito, casou-se, teve um filho e ainda ganha dinheiro com a notoriedade do seu crime.

Na megaoperação, também havia uma mulher, a única, apelidada de “Japinha do CV”. Por três dias, ela foi dada como morta, até descobrirem que está viva. Ela é acusada de apologia e aliciamento ao crime. Tem fotos com um fuzil, mas não há indícios de que tenha atirado em algo além de garrafas. Desejamos que ela tenha o mesmo destino de Suzane: o reconhecimento de sua humanidade, que inclui o direito à vida, à ampla defesa e à ressocialização.



Bianca Lopes
Estagiária sob
supervisão da
jornalista Juçara Braga

Eloá Loruama, confeitaria especialista em doces para diabéticos



O meu amor pela confeitaria vem de uma promessa que fiz à minha avó materna de criar doces lindos e saborosos que pudessem ser apreciados por pessoas com diabetes sem causar prejuízos à saúde.

Percebi que, para me dedicar plenamente à pesquisa, aos testes e ao aperfeiçoamento das técnicas

voltadas à confeitaria saudável, eu precisaria da liberdade que um trabalho tradicional não poderia me oferecer. Assim, empreender se tornou um caminho natural para transformar essa missão em realidade.

Em um curso com a professora Débora Alves compreendi meu verdadeiro papel como empreendedora. Minha visão mudou completamente e a virada aconteceu de forma concreta quando formalizei meu negócio e abri o CNPJ. Esse passo marcou o início de uma nova fase, mais profissional, estratégica e consciente do meu propósito.

Profissão de confeitaria enfrenta preconceitos

Há uma visão limitada sobre a confeitaria, muitos a enxergam apenas como uma renda extra e não como uma profissão. Mostrar que a confeitaria pode ser um negócio sólido, sustentável e de alto padrão é uma das minhas motivações diárias.

Meus pais, como muitos, não viam a confeitaria como uma profissão digna de investimento e carreira. Hoje, entendendo que essa falta de compreensão vem de uma visão cultural e isso me motiva ainda mais a mostrar que a confeitaria é um caminho real, promissor e transformador.

Tive o privilégio de contar com o apoio da minha tia Rebeca e outras confeitarias em um grupo incrível criado pela professora Débora Alves em seu curso, um espaço de troca genuína, onde mulheres com as mesmas dores e desafios se apoiavam mutuamente. Essa rede foi essencial para o meu crescimento e fortalecimento como empreendedora.

Desafios do empreendedorismo

A alta carga tributária e a falta de incentivo tornam o caminho do pequeno empreendedor mais árduo. Faltam

políticas públicas e cursos profissionalizantes acessíveis e gratuitos que abordem práticas de precificação, gestão financeira, marketing e toda a estrutura burocrática que envolve empreender. Muitos talentos acabam desistindo por falta de orientação e suporte, quando poderiam estar fortalecendo a economia com seus negócios.

Empreender vale a pena quando existe propósito

Não é um caminho fácil, exige disciplina, resiliência e constante aprendizado, mas a liberdade de construir algo com significado e ver o impacto positivo do seu trabalho na vida das pessoas compensa.

No meu caso, empreender foi uma forma que encontrei de unir amor, propósito e autonomia. Cada desafio vencido me lembra que vale, sim, muito a pena acreditar em um sonho e transformá-lo em negócio.

No momento ainda me encontro como MEI pelo faturamento, mas acredito que a partir do próximo ano isso tenha que mudar.

Serviço: Eloá atende Rio e Grande Rio, inclusive Niterói – no instagram @loruamapatisserie

Fernanda Freitas presta consultoria e assessoria a clínicas médicas

Tenho um perfil criativo e resolutivo que me faz sentir mais recompensada tendo algo próprio do que trabalhando em regime CLT. Assim, criei uma metodologia chamada “Golden Circle” que busca entender o “porquê” antes de qualquer coisa. Através dela desenhei o meu porquê ser empreendedora, “como” e “o que” transformar com meu conhecimento. Assim cheguei à Gestfy (gest = gestão/fy = for you), gestão para você.

Gestfy é o nome da minha empresa de gestão, consultoria e assessoria de clínicas médicas. Fazemos toda parte de pessoal, seleção, treinamento, cursos, gestão de relacionamento interpessoal, vendas e gestão financeira.

Tenho sócios que dividem comigo as tarefas, complementando o meu perfil de empreendedora para direcionarmos esforços de maneira eficiente e produtiva.

Educação para empreender

A estrutura para estimular o empreendedorismo deveria começar na educação básica. Não há estímulo para empreender desde a infância e isso talvez explique o fato de 60% das empresas não sobreviverem além de cinco anos. De modo geral, falta informação e estrutura para empreendedores con-



duzirem seus próprios negócios.

De qualquer forma, apesar dos desafios, que são muitos, se você tem perfil empreendedor só se sentirá realizado quando tiver seu próprio negócio. Então, sim, vale a pena empreender. Para isso, buscar estratégias e inovações de mercado é indispensável.

Serviço: no instagram @gestfy.med

Lilian Ferreira empreende na área de saúde



Empreendo na área de saúde e sou cuidadora de idosos. O que me motivou foi fazer meus próprios horários de plantões. Participei de um curso de gestão financeira que me abriu a visão para o negócio de empreender na área de saúde. Tive orientação financeira dada pelo Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Vale a pena empreender sim. Eu sou MEI e faço os meus horários, o que me permite fazer o trabalho de dona de casa.

Serviço: <https://share.google/TFHMqOzJ91tL1Wm9N> - Agência com atuação em Jacarepaguá

Dicas contábeis

O contador Jorge Vargas Porto (CRC-RJ 062473/0-1) explica que o MEI foi criado para facilitar a vida de quem quer começar a empreender de forma legal e segura.

A principal vantagem, diz ele, é a redução de tributos. O MEI paga um valor fixo mensal que inclui INSS, ICMS e/ou ISS e fica isento de outros impostos federais. Isso permite que ele tenha CNPJ e possa emitir nota fiscal.

Outra grande vantagem do MEI, explica Porto, é a isenção de alvará e taxas de licença, ou seja, assim que se registra no portal do empreendedor, o portador de MEI já pode começar a trabalhar sem ônus para obter o alvará.

Apesar de ter um tratamento diferenciado, o MEI precisa ter alguns cuidados, alerta Porto. O principal é o faturamento, cujo limite é de R\$ 81 mil por ano, o que dá uma média de R\$ 6.750,00 por mês.

Tudo que o MEI recebe, seja em dinheiro, cartão, pix ou transferência, entra nessa conta. Por isso é importante registrar tudo porque se ultrapassar o limite, deixa de ser MEI e passa automaticamente para o Simples Nacional com impostos mais altos e obrigações adicionais.

A Declaração Anual do MEI deve ser entregue entre 1º de janeiro e 31 de maio, normalmente com orientação de um contador habilitado.

Um alerta muito importante é que, depois que o CNPJ é criado, o MEI costuma receber várias ligações, e-mails e mensagens cobrando taxas, registros ou certificados. Isso acontece porque os dados informados no cadastro são públicos. Ignore, pois tudo é golpe. O único pagamento que o MEI deve fazer é o DAS, emitido exclusivamente pelo Portal do Empreendedor.

EXPEDIENTE



JAAJ é uma publicação da Rede Popular de Comunicação (RPC) e da IPL Clipping - CNPJ 31.555.759/0001-64.

Críticas, sugestões e reclamações: jornalabaixoassinado@yahoo.com.br Tel (21) 97246-2213

Distribuição gratuita pelos bairros e comunidades da Baixada de Jacarepaguá

****As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.**

****Todo material enviado ao E-mail, Site e Facebook do jornal é autorizado automaticamente para a divulgação e também não é gratificado.**

Conselho Editorial: Aguinaldo Martins, Almir raci Soares, Marcus Aguiar, Pablo das Oliveiras, Paulo, Anna Karolina, Carla Scott, Cláudio Mattos, Renato Cosentino, Renato Dória, Roberto Senna, Cíntia Travassos, Douglas Aguiar (Em Memória), (Cabral) (Em Memória), Severino Honorato, Sílvia da Costa, Val Costa, Valmíria Guida, Vaneide Carmo, Vanessa Guida e Wladimir Loureiro.

Coordenação Geral: Almir Paulo, Maraci Soares, Sílvia Costa e Val Costa.

Diagramação e Arte: Jane Fonseca.

Gestora de Redes Sociais: Sílvia da Costa.

Revisão: Vânia Santiago.



Felipe Lucena
Jornalista e roteirista

Autoridades públicas se posicionam contra obra que aterrou parte da Lagoa de Jacarepaguá

Um prédio residencial de padrão econômico elevado seria erguido pela construtora e incorporadora Gafisa às margens da Lagoa de Jacarepaguá. Seria, pois a obra foi embargada pela Justiça em 2023. O aterramento para erguer o empreendimento imobiliário, que chegou a ser iniciado, invadiu a Faixa Marginal de Proteção (FMP), onde animais, como jacarés, garças, peixes e espécies de plantas vivem.

O caso foi para a Justiça e houve uma disputa de documentos, liminares. No fim das contas, a obra foi mesmo impedida de continuar. Até o momento essa decisão prevalece enquanto anexos e provas são analisados.

Desde o embargo da obra, alguns órgãos públicos e políticos com mandato se manifestaram contra a construção. Todos de acordo que a Área de Preservação Permanente (APP) na beira da Lagoa de Jacarepaguá precisa ser mantida e cuidada.

No dia 20 de outubro deste ano, a **4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente da Capital** manifestou-se nos autos da Ação Civil Pública de autoria do advogado e ambientalista Rodrigo Bertoli alertando para a degradação da APP e FMP da Lagoa de Jacarepaguá.

Também foi apontado que *"somente não ocorreu a completa degradação ambiental e ocupação ilícita da área da FMP da Lagoa de Jacarepaguá na porção oeste da área do empreendimento Alphaville, que deveria ser objeto de preservação por obrigação assumida em um Termo de Ajustamento de Conduta, em razão de decisão liminar proferida pelo juízo da 16ª VFP, no curso da ação popular nº. 0873385-37.2023.8.19.0001"*.

"O caso vem ganhando grande repercussão, embora os órgãos ambientais sem que se saiba se a SMAC, a SMDUL, INEA e IBAMA tenham tomado alguma medida sobre o cancelamento das licenças de obras e ambientais do empreendimento, bem como por qual razão a área da obra incluída como medida compensatória ambiental foi passível de registro e licenciada, quando deveria ser mantida preservada por força de um termo de ajustamento de conduta descumprido e atualmente exigido seu cumprimento pela Poder Judiciário", declara **Rodrigo Bertoli**, advogado e ambientalista que mobilizou toda a Ação Civil Pública contra a construção às margens da Lagoa de Jacarepaguá.

Dias antes, em 17 de outubro de 2025, a **Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro** reconheceu as *"irregularidades efetivamente constatadas no empreendimento"* e fez requerimento pela migração para atuar ao lado do autor popular (Rodrigo Bertoli), acompanhado do relatório feito pela engenheira civil da Procuradoria.

Anteriormente, em 30 de junho de 2025, a **7ª**



Fotos: Rodrigo Bertoli

Promotoria de Justiça de Fazenda Pública da Capital anexou nos autos da mesma Ação Civil Pública a informação técnica N° 0599/2025, elaborada pelo **GATE - Grupo de Apoio Técnico do Ministério Público**.

"Destaca-se, em especial, o alinhamento técnico entre os pareceres do GATE e do IBAMA, que reconhecem não apenas o valor ecológico da área — essencial à biodiversidade, à regulação hídrica e ao sequestro de carbono —, mas também a inadequação da delimitação atual da Faixa Marginal de Proteção. Ambos os órgãos defendem que a FMP deve ser demarcada com base nos limites reais das zonas alagadas, respeitando os princípios da Convenção de Ramsar, da qual o Brasil é signatário", explica Bertoli.

Políticos também se posicionaram

O Deputado Estadual **Flavio Serafini (PSOL)** encaminhou, em junho deste ano, o Ofício GDFS no 178/2025 ao Presidente do **IBAMA**. Ele destacou que *"é evidente que o desmatamento e aterro ilegal ocorrido, é um ato ilegal e criminoso, que contribui para a destruição do meio ambiente e para a degradação da biodiversidade"*.

Serafini falou, ainda, em *"omissão dos órgãos de licenciamento e de fiscalização do ente municipal e do ente estadual em aplicar as sanções administrativas pertinentes ao caso não exercendo o poder de polícia ambiental, fazendo cessar a interrupção da degradação ambiental em curso, em que pese a comprovação da ocupação (irregular) com aterro da área de preservação permanente, composta por um corpo hídrico, contendo solo hidromórfico/alagado da Lagoa de Jacarepaguá"*.

O mesmo deputado enviou um ofício ao presi-



dente do **INEA**, **Sr. Renato Jordão Bussiere**, requerendo apuração diante de *"relatos da prática de desmatamento ilegal em Área de Preservação Permanente na região da Lagoa de Jacarepaguá no município do Rio de Janeiro, bem como o aterramento em área doada como medida compensatória ambiental, conforme os fatos publicizados na Reunião realizada no dia 07.10.25 pela Frente por Justiça Climática, a qual contou com a presença de representante desta autarquia estadual"*.

Os deputados **Carlos Minc (PSB)** e **Chico Alencar (PSOL)** oficiaram o IBAMA. Chico reforçou: *"Aproveito para reiterar minha preocupação quanto à transferência da atribuição de licenciamento ambiental do âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS). Tal medida configura, a nosso ver, um equívoco administrativo que contraria o princípio fundamental de que o licenciamento ambiental deve ser conduzido por órgão ambiental com competência técnica e legal. Essa preocupação já foi externada por mim durante o exercício do mandato de vereador. Ressalto, ainda, que a área em questão é classificada como non edificandi, apresenta características de solo alagadiço e está sob influência de marés — fatores que, à luz da legislação ambiental vigente, a tornam juridicamente inapta para fins de ocupação"*.



Leonardo Soares dos Santos
Professor de História da UFF
e pesquisador do IHBAJA

Pouca gente lembrou, mas o ano de 2025 marca o 60º aniversário da desapropriação de Gardênia Azul pelo Governador do então estado de Guanabara Carlos Lacerda, fato ocorrido em plena ditadura empresarial-militar.

Talvez as pessoas de hoje não tenham noção do quanto é inusitado que numa mesma frase figurem os termos “Carlos Lacerda”, “desapropriação”, “ditadura” - mas isso aconteceu e foi no Gardênia. E o fato de ter acontecido só demonstra a força dessa comunidade, que fez valer suas demandas, mesmo numa conjuntura tão difícil, onde a repressão política fazia parte do cotidiano, sofrendo várias ameaças de despejo, convivendo com inúmeras precariedades de ordem material e tendo ainda que estabelecer uma interlocução com um governante (e maior líder da direita na época) que se notabilizava exatamente por promover uma série de “remoções” de populações de favelas, e que se sentia mais ainda fortalecido após

ver vitorioso o movimento golpista que ele tanto apoiou e articulou.

Quem quer visse esse cenário com razoável objetividade, tinha certeza de que estava fadado ao fracasso o intento daqueles modestos moradores de uma localidade quase que escondida no meio da Baixada de Jacarepaguá, a partir de onde ainda era muito difícil o acesso a outras áreas da cidade.

Porém, os moradores de Gardênia Azul não eram pessoas quaisquer. Vinham batalhando arduamente desde o final dos anos 1950 por uma solução. Contra tudo e contra todos seguiram em sua luta e foram perseverando um dia após o outro, aproveitando toda oportunidade que aparecesse em prol do mais modesto e ínfimo avanço. E todo o empenho, coragem e abnegação acabou sendo recompensado.

Depois de intensa negociação e pressão – tudo ao mesmo tempo – junto às autoridades políticas, especialmente aquelas ligadas à administração Carlos Lacerda, os mais de 600 moradores por meio de sua campanha conseguiram dobrar aquele, forçando-o a assinar o decreto de desapropriação no dia 10 de março

de 1965. Fato notável, porque vivíamos assim retrataria a situação: “Em 1965, o a ditadura militar-empresarial, que desde o início havia procedido a uma violenta repressão de movimentos que reivindicavam direito à terra (seja no campo, seja na cidade). Não havia espaço para a política ou simples conversa: os governos militares estavam decididos a tratar a questão fundiária na base da violência, usando a bala se preciso. E nem assim o povo de Gardênia arredou pé. E muito menos se intimidou com o governador udenista que se notabilizou por aterrorizar e destruir a vida de milhares de famílias de moradores de favelas do Rio.

Mas essas mesmas pessoas sabiam que a conquista da desapropriação era tão somente uma vitória parcial. Havia ainda muito pelo que lutar. A fala de Antonio Silvino, um antigo morador de Gardênia Azul, em entrevista concedida a Angela Fontes na primeira metade dos anos 80,

Gardênia Azul é do Estado

O governador Carlos Lacerda assinou decreto desapropriando, por interesse social, a área do loteamento denominado “Parque Gardênia Azul”, em Jacarepaguá.

A decisão do sr. Carlos Lacerda está baseada no fato de que os proprietários da área desapropriada descumpriram obrigações com os promitentes compradores dos lotes deixando o “Parque Gardênia Azul” sem urbanização e saneamento e sem condições de habitabilidade.

A COHAB foi incumbida pelo governador de executar o decreto de desapropriação e instruções para mandar urbanizar toda a área.

Os compradores dos lotes desapropriados deverão assinar convênio com a COHAB para a execução das obras necessárias ao saneamento e à urbanização do Parque.

Diário Carioca,
13/03/1965

governador Carlos Lacerda queria desapropriar para utilidade pública, o que desapropriava a nós também. Nós resistimos. Mantivemos a posição firme em torno da desapropriação por interesse social, direitos de terceiros e adquirentes. Então, em 65, num dos últimos atos de Lacerda, a assinatura do decreto da desapropriação por interesse social. Muito bem! Mas o Lacerda saiu e ficou só assinatura” (Gardênia Azul: o trabalho feminino na produção do espaço urbano, p. 80).

Portanto, havia toda uma gama de serviços urbanos a serem devidamente implantados no território, ou seja, a localidade ainda precisava de um verdadeiro plano de melhoramento urbano. Transferi-lo do papel para a realidade, eis uma peleja que ainda se arrastaria por décadas.

Carta Aberta de Favelas, Comunidades Tradicionais e Marginalizadas de Todo o Mundo para as Autoridades Globais Presentes na COP30



Ao longo do primeiro semestre de 2025, mais de 100 integrantes e aliados da Rede Favela Sustentável construíram a “Carta COP30 das Favelas”, uma carta-manifesto, denominada ‘Carta Aberta de Favelas, Comunidades Tradicionais e Marginalizadas de Todo o Mundo para as Autoridades Globais Presentes na COP30’ e com o subtítulo com declaração de intenção: “Coloquem as Favelas, Comunidades Tradicionais e Marginalizadas no Centro das Decisões Climáticas Globais”.

Favelas são as “comunidades que concentram as pessoas mais vulnerabilizadas em relação... (aos) riscos ambientais em grande parte do mundo”, enquanto “são (também) espaços de produção de soluções, as primeiras a reagir de forma solidária, como nos resgates dos eventos climáticos extremos”, introduz a carta. “A solução para o clima e a justiça climática só será possível com sua participação ativa, reconhecimento e pro-

tagonismo”.

As seis reivindicações da carta, escrita para representar as ansiedades de comunidades em todo o mundo, são: (1) Colocar os assentamentos mais vulnerabilizados de seus países no cerne das decisões climáticas. (2) Investir, em nível local, de formas que promovam e valorizem a população local, seus saberes ancestrais e populares, e sentimento de pertencimento. (3) Os fundos climáticos devem priorizar Soluções Baseadas na Natureza e fomento para energias renováveis em favelas. (4) Garantir que favelas e comunidades consolidadas que desejem permanecer, possam fazê-lo com segurança e acesso a serviços de qualidade. (5) Garantir, nos assentamentos em que o reassentamento for desejado: moradia segura e adequada. (6) Investir em comunidades rurais, indígenas, quilombolas, caiçaras e outras comunidades tradicionais.

Rede
Favela
Sustentável



Carta Aberta das Favelas,
Comunidades Tradicionais
e Marginalizadas para as
Autoridades na COP30!



Leia na íntegra no site do Jornal Abaixo-Assinado de Jacarepaguá e das Vargens a Carta COP30 das Favelas

*Texto recebido por e-mail da Rede Favela Sustentável



Silvia da Costa
Texto e foto
Agente de
Transformação Social

Tuberculose Atinge Pico no Rio

'Boletim liga casos graves em AP 4.0 e Cidade de Deus à vulnerabilidade social'

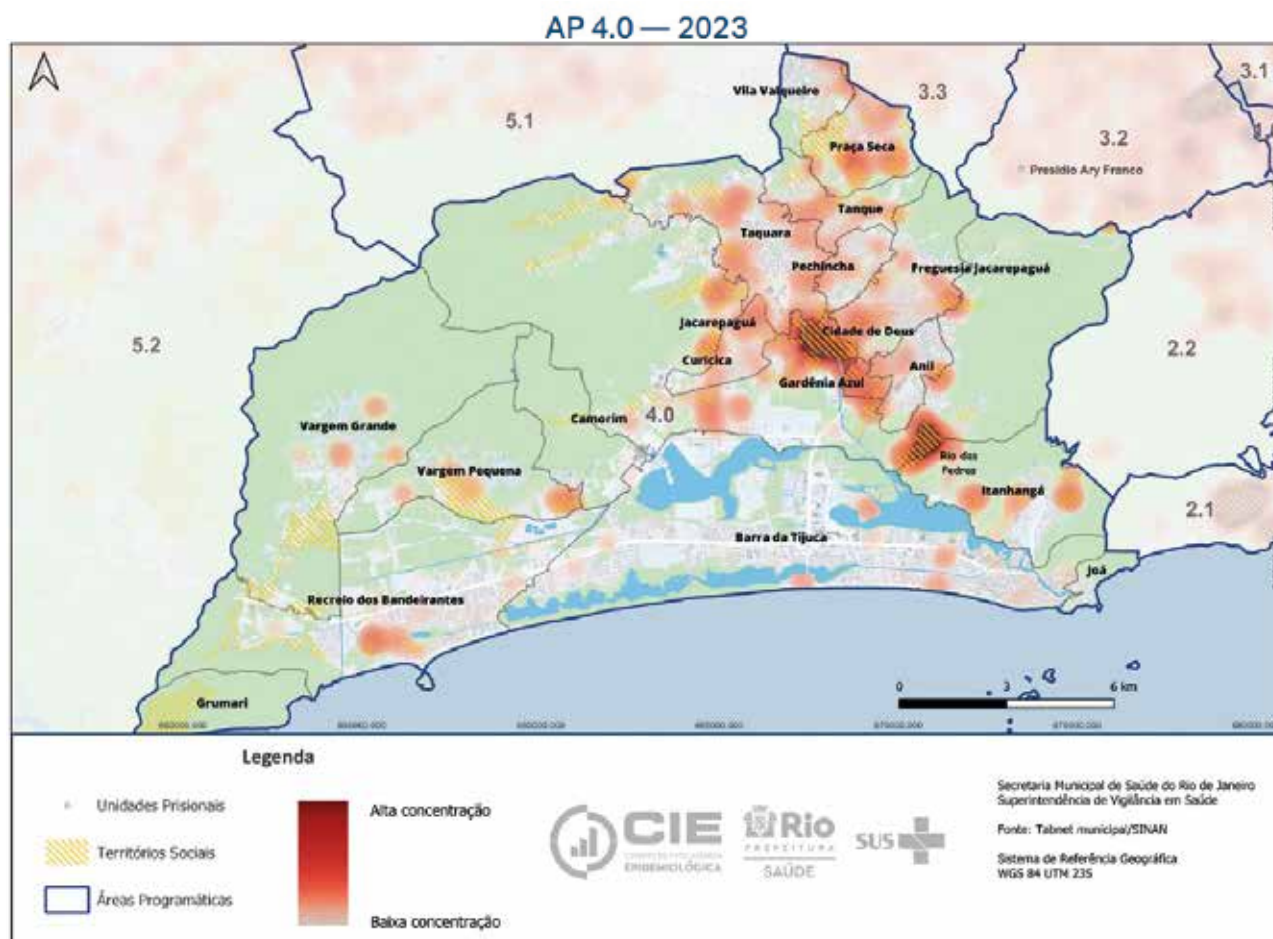
O mais recente Boletim Epidemiológico da Tuberculose, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-Rio), acende um alerta crucial para a saúde pública. Em 2023, o coeficiente de incidência da doença no município alcançou seu valor máximo em dez anos (114,7 casos por 100 mil habitantes). A distribuição espacial dos novos casos revela focos críticos de transmissão. Comunidades de alta densidade populacional e vulnerabilidade social apresentam concentração elevada, com destaque para áreas como a Cidade de Deus e Rio das Pedras. O documento é incisivo ao concluir que a alta carga da doença nestes locais está diretamente ligada à extrema vulnerabilidade social.

O adoecimento afeta predominantemente homens, negros, em idade produtiva (20 a 49 anos) e com baixa escolaridade. Este perfil está diretamente associado a estudos que correlacionam a fragilidade econômica ao maior risco de desenvolver a doença. Esta correlação reforça a necessidade urgente de ações de saúde que transcendam o tratamento puramente médico, exigindo uma robusta articulação intersetorial para enfrentar as causas socioeconômicas da epidemia.

Embora não haja um benefício social único e exclusivo



Há múltiplos fatores que determinam a transmissão da tuberculose.



Mapas de concentração de casos novos de tuberculose por Área de Planejamento 4.0.

criado especificamente em razão do diagnóstico de tuberculose, a articulação intersetorial envolve o acesso a diversos auxílios, cujo direito depende do paciente atender aos critérios de concessão. Entre os principais suportes estão o Auxílio-Doença, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Vale Social e a Isenção do Imposto de Renda (IR). Adicionalmente, o Auxílio Alimentação é um suporte fundamental, concedido a pacientes em tratamento de tuberculose, no valor de R\$ 250,00 mensais, visando garantir a nutrição e a adesão completa à terapia.

É fundamental que a população esteja atenta aos sinais: tosse persistente, febre baixa, cansaço e suor noturno. Nesses casos, a busca pela Clínica da Família mais próxima é crucial para a quebra da cadeia de transmissão. A persistência da tuberculose em níveis tão elevados, especialmente em áreas carentes como a Cidade de Deus, sinaliza que a luta contra a doença requer, simultaneamente, o fortalecimento dos processos de diagnóstico e a melhoria efetiva das condições socioeconômicas nas áreas mais críticas.

Carvalho, eterno!

Olivério Manoel Vizeu Carvalho, conhecido como Carvalho, presidente do Clube Recreativo Português de Jacarepaguá, faleceu no dia 27 de outubro de 2025.

Com o coração apertado, nos despedimos do nosso querido amigo e presidente Olivério Carvalho, no dia 1 de novembro, no velório realizado no Clube dos Portugueses e o sepultamento no Cemitério do Pechincha.

Carvalho dedicou sua vida para manter vivo e atuante o clube, além de ser um homem generoso, alegre e apaixonado pela cultura, que marcou profundamente a vida de todos nós.

O *Jornal Abaixo-Assinado* perde um amigo e um companheiro que sempre defendeu Jacarepaguá. Carvalho fará falta nessa luta por um bairro melhor.

Olivério Manoel Vizeu Carvalho

★ 13/05/1958

✚ 27/10/2025



DESPEDIDA DE

Olivério Carvalho

Casa de Cultura de Jacarepaguá faz homenagem ao JAAJ

Sou +JPA

Concedemos ao Jornal Abaixo-Assinado este certificado - um reconhecimento a quem escolhe pertencer. A quem transforma afeto em atitude e paixão pelo território em ação concreta.

Ser +JPA é acreditar que cada gesto conta, que cada esquina pode florescer, que o amor por Jacarepaguá se revela no cuidado diário, na escuta e na construção coletiva. Reconhecemos aqui pessoas que fazem da presença uma força de transformação, que constroem pontes, fortalecem memórias e mantêm viva a chama de um território que pulsa.

Porque somos mais que moradores.

Somos movimento, somos história, SOMOS +JPA.

PS. Agradecemos a Alessandra Gonzalez, diretora da Casa de Cultura de Jacarepaguá, pelo reconhecimento. E frisamos, que a luta continua por um bairro melhor. Juntos somos força.



Isabor Dória - Analista de Recursos Humanos e Consultora de RH

A jornada de trabalho e seus impactos: do 6 x 1 à redução da carga horária no cenário contemporâneo

O debate sobre a jornada de trabalho e seus impactos na produtividade, na economia e na qualidade de vida dos trabalhadores tem ganhado força em diversos países. Modelos tradicionais, como o regime 6 x 1, seis dias de trabalho para um de descanso, vêm sendo questionados diante de experiências internacionais que reduzem a carga horária semanal sem comprometer os resultados organizacionais. Ainda assim, muitos empresários encaram essa discussão com resistência, sustentando a ideia de que menos horas trabalhadas significariam menor produção e, consequentemente, prejuízos econômicos.

Durante a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, trabalhadores enfrentavam jornadas exaustivas de 12 a 16 horas diárias, em condições precárias e sem qualquer garantia de direitos. Mulheres e crianças também eram submetidas ao mesmo ritmo intenso, recebendo salários ainda menores que os dos homens adultos. A luta do movimento operário, especialmente nas greves de Chicago em 1886, deu origem à conquista histórica das oito horas diárias de trabalho, um marco que, na época, também foi visto como uma ameaça ao sistema produtivo. No entanto, o tempo mostrou que a redução da jornada não apenas melhorou a qualidade de vida dos trabalhadores, como também aumentou a produtividade, reduziu acidentes e ampliou o equilíbrio social.

No Brasil, essa discussão adquire contornos ainda mais complexos. Nossa estrutura social e produtiva foi construída sobre uma base escravocrata, que deixou marcas profundas na forma como o trabalho é percebido e valorizado. Como aponta o sociólogo Ricardo Antunes, o país carrega uma herança simbólica e material na qual o trabalhador é frequentemente visto como uma extensão da máquina, uma força de produção substituível e descar-

tável. Essa herança histórica consolidou uma cultura em que o controle e a subordinação são associados à eficiência, e o descanso é visto, muitas vezes, como sinônimo de preguiça.

A reprodução dessa mentalidade se manifesta principalmente no universo empresarial brasileiro, composto majoritariamente por pequenas e médias empresas que, muitas vezes de forma inconsciente, ainda reproduzem uma lógica patronal marcada pela verticalidade e pela pouca flexibilidade. O modelo 6 x 1, enraizado em setores como comércio e serviços, reflete um padrão de gestão que associa produtividade à presença física e à sobrecarga, ignorando os avanços tecnológicos e sociais que poderiam permitir formas mais humanas e eficientes de organização do trabalho.

Ricardo Antunes (2018) lembra que o capitalismo contemporâneo intensificou a exploração do trabalho por meio de novas formas de precarização e flexibilidade. A digitalização e o avanço da tecnologia criaram o fenômeno da “jornada invisível”, em que muitos profissionais, especialmente os que ocupam cargos estratégicos, permanecem conectados e produtivos mesmo fora do expediente. Trabalha-se mais, mas de maneira fragmentada, contínua e emocionalmente desgastante. A fronteira entre tempo de trabalho e tempo de vida se tornou difusa, e isso evidencia que, mais do que discutir horas, é preciso discutir o **sentido do trabalho** em si.

Enquanto países como Islândia, Reino Unido e França vêm experimentando reduções significativas na jornada semanal, algumas testando 32 horas, sem redução de salário, e observam aumentos na produtividade e no bem-estar, o Brasil ainda se mostra reticente em revisar seus próprios modelos. Essa resistência não é apenas econômica, mas também cultural. Em um país onde o trabalho é historicamente associado à dor, à servidão e ao sacrifício, pensar em “trabalhar menos” soa quase como um desvio

moral.

Contudo, as mudanças sociais e econômicas exigem que os padrões trabalhistas sejam constantemente revisados. A economia se transforma, as tecnologias alteram o ritmo das relações e a sociedade redefine suas prioridades. Ignorar essa dinâmica é manter o país preso a uma estrutura arcaica que, além de desumana, compromete sua capacidade de inovação e desenvolvimento sustentável.

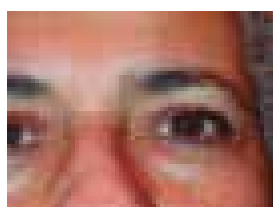
A discussão sobre a jornada de trabalho não deve se limitar à quantidade de horas, mas à **qualidade do tempo e às condições em que ele é empregado**. A história mostra que transformações antes vistas como ameaças podem se tornar **marcos de progresso social e econômico**.

No Brasil, contudo, o desafio é maior: é preciso **romper com estruturas culturais e econômicas herdadas da escravidão**, que ainda moldam a forma como o trabalho é organizado e percebido. Como enfatiza Antunes (2009), pensar o futuro do trabalho implica “reconhecer o trabalhador como sujeito social e não como engrenagem do capital”.

Repensar o modelo 6 x 1 hoje pode ser o primeiro passo para uma economia mais equilibrada e inovadora. Afinal, produtividade e dignidade não são conceitos opostos; são, na verdade, as duas faces de um mesmo progresso.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Relatório Mundial sobre Salários e Jornada de Trabalho*. Genebra, 2022.



Observatório Popular

Juçara Braga
Jornalista

Esta é uma pergunta que não quer calar. A quem servem essas Agências Reguladoras? Qual o propósito delas? Duas decisões recentes deixam claro que tanto Aneel quanto ANTT não servem aos interesses da população. Resta saber a que interesses atendem.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o aumento de R\$ 14,50 para R\$ 21,00 no pedágio da BR-040 no trecho Rio-Juiz de Fora, onde há três praças de pedágio. Aumento de 45%. Um presente expressivo para a nova concessionária, Elovias, que acaba de assumir a gestão da rodovia entronizada pela ANTT.

A quem servem Aneel e ANTT?

Em seu site, a ANTT informa que o “objetivo é garantir uma rodovia mais segura, previsível, confortável e moderna para milhões de pessoas que circulam entre Minas e Rio todos os meses — com acompanhamento permanente da ANTT”

Sabemos todos o que foi o acompanhamento da ANTT durante a (indi) gestão da Concer, concessionária que saiu brigando e deixou a BR-040 em petição de miséria.

E a Aneel?

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acaba de aprovar a renovação do contrato de concessão da distribuição de energia elétrica com a Light por mais 30 anos. Uma empresa que vem progressivamente piorando a qualidade dos serviços prestados à população da área

que atende.

Picos de luz constantes, falta de energia, apagões. Essa é a realidade que nós, consumidores, vivemos hoje sob a batuta da Light que, na opinião da Aneel, atende aos requisitos legais, técnicos e operacionais exigidos pela regulação.

Resta saber onde vivem os sabichões da Aneel que aprovaram a renovação da concessão com esses argumentos. Com certeza, não residem em área coberta pela Light que vem prestando um péssimo serviço com falhas constantes.

Só o que não falha, na Light, é a conta absurdamente elevada que nos bate à porta todos os meses. Espero que o Ministério de Minas e Energia, que tem a palavra final, conceda atenção aos consumidores sem concessões para a Light.



JORNAL

ABAIXO ASSINADO

JPA

Há 19 anos, nós escrevemos sobre pessoas que defendem ativamente uma causa

Seja assinante do jornal das lutas comunitárias e da cultura popular
www.catarse.me/jaajrj





Cíntia Travassos
Produtora

A beleza da dança de Genilson Leite

Genilson Leite nasceu em Recife (PE), no bairro da Várzea, em uma favela chamada Sete Mucambo. Atualmente, é *performer* e doutorando do Museu Nacional (UFRJ).

A relação dele com as artes começou cedo, mas só se intensificou quando decidiu fazer a graduação em Dança na UFRJ. Desde então, vem desenvolvendo trabalhos voltado à pesquisa e às artes corporais.

Entretanto, para se dedicar ao mestrado e ao doutorado, ele precisou fazer uma pausa em suas atividades e se ausentou dos palcos/ruas. Este ano, porém, ele começou a retomar aos palcos.

Leite diz que seja no palco ou na sala de aula, ele se sente completo. Seu sonho é ter uma casa e conquistar a estabilidade financeira para oferecer o melhor para seu filho Ionã, de 5 anos, que é o seu xodó.

Quem quiser conhecer mais sobre a arte de Genilson Leite, basta acessar @genilsonleite.



Espectáculo de dança Elos Nós e o Tambor com Genilson Leite



Foto: Antônio Gabriel

O talentoso e carismático performer Genilson Leite



Magnun Alves
Escritor

Jacarepaguá, um Sertão de Memórias

Mais uma vez, a Casa de Cultura de Jacarepaguá marca positivamente a história desse bairro tão rico em narrativas. O marco da vez é o lançamento do livro "Jacarepaguá Um Sertão de Memórias", uma verdadeira joia da literatura brasileira contemporânea. A obra reúne 20 autores, cada um trazendo seu olhar e conhecimento sobre o território: quilombos, museus, historiadores, geógrafos, jornalistas, ancestralidade indígena e comunidades que são símbolos de resistência.

O mês de novembro começou em grande estilo. No dia 1º, foi dado um passo ousado e grandioso: o projeto Polo Cultural de Jacarepaguá. Trata-se da continuidade de um plano de revitalização de uma área histórica repleta de patrimônios que precisam do nosso olhar e do nosso cuidado. A proposta busca promover feiras, criar áreas de convivência e espaços de formação e capacitação. Hoje, o que vemos são ruínas — e o que ainda não se tornou ruína pode ser destruído no futuro, caso ações como essa não sejam implementadas com urgência.

Como costumamos dizer: Jacarepaguá, lugar mais rico não há!

A riqueza dessa terra não está apenas no patrimônio físico, mas principalmente nos patrimônios imateriais. Muitas pessoas fizeram e continuam fazendo história neste território. Dos quintais produtivos à Casa do Artesão, do Viva Zona Oeste, Pedala JPA à Cia Poética e tantos outros produtores de arte e cultura que



Livro Sertão de Memórias

fazem esse Sertão pulsar.

Toda a dedicação e esforço de Alexandra, da Casa de Cultura, e dos escritores envolvidos resultaram em moções de reconhecimento, contemplando cada um deles pela Câmara dos Vereadores do **Rio de Janeiro**: a arte sendo legitimada, ganhando força e deixando um legado para esta geração e para as próximas.

O evento contou com a presença do subprefeito de Jacarepaguá, de representantes de vereadores que atuam no território e, principalmente, de mais de cem apaixonados por séculos de história preservada.

Arte, memórias e cultura. Eu sou +JPA.

Lançamento do Livro "A interface entre política e cultura nas Comunidades Eclesiais de Base"

Este livro traz um estudo sobre as Comunidades Eclesiais de Base que emergiram no contexto latino-americano a partir dos princípios elaborados pela Teologia da Libertação.

O livro nos possibilita um olhar mais alargado sobre um momento específico desse processo, quando o discurso das Comunidades Eclesiais de Base se desloca e passa a dar mais atenção a outros aspectos do cotidiano daquelas populações, particularmente das expressões culturais. A partir da análise da trajetória de cerca de 20 anos, final dos anos 1990 até 2015, da Comunidade Eclesial de Base Padre Josimo Tavares, localizada em Jacarepaguá, a autora Sigrid Hoppe nos revela toda a potência transformadora presente no papel assumido pelas lideranças seja na luta pela construção de casas como também na realização de festivais musicais e na luta pelos direitos dos jovens e adolescentes, através do engajamento nos Conselhos Tutelares.

O livro pode ser adquirido na loja da Editora Dialética: <https://loja.editoradialetrica.com/humanidades/a-interface-entre-politica-e-cultural-nas-comunidades-ecclesiais-de-base>



LEIA O SITE DO JAAJ

www.jaajrj.com.br

& FACEBOOK

Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá

“Primeira Dama do Samba” D. Ivone Lara atuou na humanização do atendimento psiquiátrico e iniciou seu percurso profissional na Colônia Juliano Moreira

Yvonne Costa Lara ou D. Ivone Lara é conhecida como umas das grandes cantoras e compositoras de samba no Brasil. Ela foi a primeira mulher a assinar uma composição de samba enredo em 1963 e foi compositora de sucessos como a música “Sonho Meu” em 1978. Mas um capítulo pouco mencionado foi seu pioneirismo na saúde mental e na assistência social no Brasil. Ivone Lara foi uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil, uma das pioneiras no processo de consolidação da assistência social e que atuou junto com a médica psiquiátrica Nise da Silveira no atendimento humanizado e no empoderamento de pessoas com transtornos mentais através da arte. Capítulo menos mencionado ainda, foi sua atuação na Colônia Juliano Moreira, entre 1943 e 1947, local do início de sua carreira profissional.

Mulher negra, pobre e orfã, a jovem Ivone via nos estudos a opção para conseguir melhores condições de vida. Aos 17 anos trabalhava na antiga fábrica de tecidos Nova América (hoje o Shopping Nova América). Em 1943 formou-se enfermeira-visitadora social pela Escola de Enfermagem Anna Nery, e classificada como umas das primeiras de sua turma, foi admitida na Colônia Juliano Moreira, hospital psiquiátrico do Serviço Nacional

de Doenças Mentais do Ministério da Educação e da Saúde.

Durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo, houve um incentivo à criação de grandes estabelecimentos hospitalares que atendessem uma demanda de pacientes à nível nacional. Nesse período, a Colônia Juliano Moreira passou de um asilo de alienados para um macro-hospital, e junto do Centro Psiquiátrico Nacional, no Engenho de Dentro, formavam as maiores instituições psiquiátricas da cidade do Rio de Janeiro. De 700 internos no início de 1930 passou a atender cerca de 4 mil pessoas internalizadas até 1940, homens e mulheres, adultos, adolescentes e idoso de todos os cantos do país. Pobres, considerados indigentes e sem contato com os familiares.

Foi nesse contexto que Ivone Lara chegou à Colônia como enfermeira. Logo foi direcionada aos núcleos femininos, realizando trabalhos de rotina. No contato diário com as pacientes, muito provavelmente, viu de perto os tratamentos médicos que, mais tarde, foram condenados por ela, Nise da Silveira. Entre um plantão e outro, Ivone Lara continuou seus estudos na Escola Anna Nery, agora



Foto Natalia Ferreira

Quinteto em branco e preto e D. Ivone Lara. no curso de Assistência Social. Formada em 1947, ela foi transferida para o Hospital Gustavo Riedel, que integrava o Centro Psiquiátrico Nacional.

No Engenho de Dentro, Ivone Lara formou uma parceria com a médica

psiquiátrica Nise da Silveira, que revolucionou o atendimento psiquiátrico brasileiro ao propor opções humanizadas focadas nas artes e nas oficinas terapêuticas, ao invés de práticas invasivas e violentas, como o choque elétrico, químico e a lobotomia. Foi uma das profissionais envolvidas no processo da reforma psiquiátrica que permitiu modificar as formas de olhar e atender as pessoas com transtornos mentais.

Ivone Lara aposentou-se em 1977 e sempre se apresentando como assistente social. Sua carreira artística de sucesso lhe abriu portas mundo afora e permitiu mostrar o samba enquanto uma expressão cultural afro-brasileira, além de abrir caminhos para que outras mulheres tivessem oportunidades numa carreira predominantemente masculina. Mas também foi uma das primeiras profissionais negras da assistência social e da enfermagem no Brasil, engajada na luta pelos direitos humanos de pessoas com transtornos mentais. Dona Ivone Lara faleceu em 2018 aos 97 anos, mas deixou sua marca ao se mostrar uma mulher pioneira nas tantas áreas pelas quais passou.

Clarice Campos, professora, moradora da região de Jacarepaguá, escritora, co-autora dos Livros Letramento Literário para as Infâncias (Semente Editorial) e Educação Literária para Crianças Plurais (Troia editora). Doutoranda em Teoria da Literatura e Literatura Comparada - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ),

Mestra em Memória e Acervos - Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Professora de Literatura e Língua Portuguesa.

Seja bem-vinda ao Jornal Abaixo-Assinado

Mas, afinal, o que significa ser letrado racialmente?

Magda Soares (1988) distingue alfabetização de letramento. Para a autora, alfabetizado é aquele que identifica os códigos, isto é, aquele que lê e escreve, porém o indivíduo letrado vive no estado de fazer uso frequente da leitura e da escrita. Desse modo, ser letrado vai além de ser alfabetizado.

Essa compreensão aponta para o entendimento do letramento racial, isto é, um conjunto de ferramentas e ações de enfrentamento e desconstrução de discursos e práticas racistas. Assim, não basta a identificação e compreensão de questões raciais, é necessário o comprometimento e execução de ações planejadas e intencionais de combate ao racismo e suas con-

seqüências.

O conhecimento dos dispositivos legais é fundamental para que possamos conhecer nossos direitos e deveres. A Constituição Brasileira no inciso IV do Artigo.3º, estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Sabemos que a análise documental é importante, mas ações promotoras de igualdade racial não dependem apenas de debates e reflexões sobre teorias e legislação. Elas exigem que todos estejamos comprometidos e empenhados em práticas que garantam os direitos constitucio-

nais de todos.

Como professora, durante mais de 30 anos atuei em escolas públicas de Jacarepaguá. Compreendendo a importância da trajetória escolar na formação da identidade negra, procurei desenvolver atividades comprometidas com um sentido de pertencimento positivo de todas as crianças e jovens com os quais eu trabalhava.

O posicionamento em uma movimentação coletiva garante o direito de todos. Afinal, como nos ensinou Angela Davis: Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista.

@claricecampos.official

Seja ASSINANTE
e apoie o JORNAL
ABAIXO-ASSINADO

Acesse
[www.jaajrj.com.br/
catarse.me](http://www.jaajrj.com.br/catarse.me)

Além de receber o jornal
impresso bimensal em sua
residência, você terá acesso a
todo o conteúdo do jornal
digitalizado em PDF, via
whatsApp.



**Yakaré Upá Guá****Val Costa** - Texto e fotosPesquisador do IHBAA
e professor
de História
e Geografia

Guaratiba:

bucolismo e modernidade

se entrelaçam em um dos bairros mais bonitos da cidade do Rio de Janeiro

Guaratiba é um bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. É o maior da cidade em termos de área, com 139 km². Os bairros de Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba pertencem a XXVI R.A. de Guaratiba.

Seu nome tem origem na família linguística Tupi-Guarani. Tradicionalmente, são usadas duas explicações para a Toponímia: “ajuntamento de guarás” e “lugar onde há grande quantidade de garças”. Nessa localidade, existem vestígios de sambaquis de mais de 2 mil anos. A colonização de Guaratiba teve início em 1579, quando o português Manuel Velloso Espinha recebeu uma grande gleba de terras na região, que foi posteriormente dividida entre seus herdeiros. A Freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba foi criada em 1676 e possuía uma economia baseada na produção agrícola, principalmente no cultivo de cana-de-açúcar.

No início do mês de novembro, a prefeitura anunciou que construirá um novo autódromo no município do Rio de Janeiro. Com investimentos de 1,3 bilhão de reais, esse autódromo terá um circuito de 4,71 quilômetros e possuirá capacidade para receber um público de até 120 mil espectadores. O

**Praia selvagem de Guaratiba**

projeto do chamado Autódromo Parque de Guaratiba foi instituído pela Lei Complementar Nº 273, de 17 de julho de 2024 e será todo realizado pela iniciativa privada.

Esse empreendimento impactará consideravelmente o bairro que é a “porta de entrada” para um conjunto de praias preservadas e acessíveis principalmente por trilhas, como a Praia do Perigoso, Praia

do Meio, Praia do Canto, Praia do Inferno e Praia dos Búzios. Em setembro de 2024, um grupo de parlamentares do PSOL denunciou ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) possíveis ilegalidades e inconstitucionalidades nessa construção. Segundo o documento apresentado, o projeto descumpe o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro.

Os defensores do autódromo de Guaratiba dizem que o projeto engloba melhorias na infraestrutura local, como a construção de uma nova estação do BRT TransOeste. No quesito ambiental, ocorrerá a preservação de mais de 40.000 m² de área verde e a implementação de medidas sustentáveis, como painéis fotovoltaicos, reuso de água e pavimentos permeáveis.

**Rodrigo Hemerly**
Historiador
& professor

Revolta da Cachaça (1661)

O artigo da coluna Fatos e Personalidades da Nossa História do mês de novembro de 2025, do *Jornal Abaixo-Assinado Jacarepaguá e das Vargens*, versa sobre a Revolta da Cachaça, e tem como objetivo básico esclarecer a população carioca sobre este importante assunto.

A Revolta da Cachaça ocorreu entre novembro de 1660 e abril de 1661 na capitania do Rio de Janeiro, em virtude de questões econômicas e políticas.

A cachaça foi proibida pela Coroa Portuguesa no ano de 1635, proibição reafirmada em 1659, em razão de questões comerciais. Isto aconteceu porque a cachaça (produzida no Brasil) fazia concorrência com o vinho (produzido em Portugal), prejudicando assim os interesses de Portugal. Contudo, esta proibição deixou os produtores de cachaça extremamente insatisfeitos com a Coroa Portuguesa.

Prosseguindo a análise histórica, não

poderíamos deixar de ressaltar que o governador Salvador Correia de Sá e Benevides, tendo em vista a necessidade de fazer frente às despesas relativas às tropas (aumento do contingente e regularização do soldo por causa dos constantes atrasos), solicitou ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro a instituição de um imposto predial.

Inicialmente tal imposto não foi aprovado, e no seu lugar foi instituído o imposto sobre a cachaça e a carne, mas, como a arrecadação foi baixa, o imposto predial acabou sendo aprovado.

As questões políticas referem-se ao fato de que setores da sociedade fluminense estavam insatisfeitos com o predomínio político da família Correia de Sá e Benevides na capitania do Rio de Janeiro.

Os revoltosos se aproveitaram da ausência do governador Salvador Correia de Sá e Benevides da sede da capitania do Rio de Janeiro, e se levantaram, no dia 8 de novembro de 1660 (segunda-feira), sob a liderança de Jerônimo Barbalho Bezerra.

Os rebeldes acabaram substituindo

tanto o Senado da Câmara como o governador interino (instituído pelo governador em consequência da sua ausência), tendo sido nomeado como governador Agostinho Barbalho Bezerra (irmão de Jerônimo Barbalho Bezerra). Entretanto, questões políticas afastaram Agostinho Barbalho Bezerra do cargo, que foi substituído pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro.

No ano de 1661, Salvador Correia de Sá e Benevides retornou à sede da capitania do Rio de Janeiro e desbaratou esse movimento rebelde. Ele designou, então, o desembargador Antonio Nabo Pessanha para implantar a devassa.

E, como resultado da devassa, Jerônimo Barbalho Bezerra e Jorge Ferreira Bulhões foram indiciados como líderes da revolta, mas apenas o primeiro teve a sua pena aplicada (a pena de morte foi cumprida no dia 10 de abril de 1661 (domingo)), uma vez que o segundo faleceu dentro da prisão. Os demais condenados ficaram presos em Portugal e, posteriormente, foram perdoados pela Coroa Portuguesa.

Apesar da repressão inicial, o resulta-

**Salvador Correia de Sá e Benevides (1602-1688), 1673-1675 - Feliciano de Almeida (Galleria degli Uffizi, Florence)**

do foi positivo, pois o aumento da carga tributária foi suspenso, a proibição da produção da cachaça foi revogada e a família Correia de Sá e Benevides perdeu prestígio social, abrindo espaço político para outros setores da sociedade fluminense.